

**Destaques desta 18ª Edição - DEZEMBRO 2018****Panorama**

A economia brasileira deveria deverá fechar 2018 com crescimento de 1,3%, ao passo que a economia mundial deverá expandir 3,7%.

A expectativa do mercado é que o Brasil apresentará desempenho melhor em 2019 alimentado não só pela probabilidade de realização de algumas reformas, cujos efeitos se dão a médio e longo prazo, como pela existência de capacidade econômica em curto prazo.

<i>Panorama Econômico:</i>	<i>p.02</i>
<i>Movimentação Financeira:</i>	<i>p.04</i>
<i>Inflação:</i>	<i>p.06</i>
<i>Mercado de Trabalho:</i>	<i>p.08</i>
<i>Comércio Exterior</i>	<i>p.10</i>
<i>Opinião</i>	<i>p.12</i>

**A economia do Grande ABC**

A economia do Grande ABC tem apresentado indicadores que apontam para a melhora da atividade econômica regional, a exemplo dos dados do mercado de trabalho, do fluxo de crédito e do comércio exterior.

Chama atenção ao longo da década de 2010, porém, a redução da participação dos bens de alta intensidade tecnológica na composição das exportações do ABC paulista.

*Na segunda semana de dezembro o IBGE divulgou o PIB dos municípios do Brasil de 2016. O Grande ABC apresentou pequeno recuo, indicando a finalização do período de retração que se mostrou mais intenso nos anos anteriores.*

*Esta 18ª edição do Boletim EconomiABC traz indicadores **ATÉ OUTUBRO de 2018** que apontam para trajetória de retomada, ainda que lenta, da economia do Grande ABC.*

**Prof. Me. Sandro Renato Maskio**

## Panorama Econômico

Passados 10 anos da crise financeira de 2008, o estudo “*The Global Recovery 10 Years After the 2008 Financial Meltdown*”, publicado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), aponta que as perdas de produção no período pós-crise mostram-se persistentes. Estes sinais têm sido transmitidos pela lenta recuperação dos níveis de investimentos, pela longa duração dos déficits de capital e pela deficiência de produtividade.

Segundo o FMI, países com maiores vulnerabilidades financeiras nos períodos anteriores à crise sofreram maiores perdas, ao passo que países com posições fiscais mais sólidas e regimes cambiais mais flexíveis sofreram menos dada a maior possibilidade de adotar mecanismos macroprudenciais, inclusive protecionista.

Na edição de outubro do Panorama Econômico Mundial, a instituição projetava crescimento econômico de 3,7% em 2018 e em 2019 puxado pelos países emergentes, em especial da Ásia, com destaque para Índia e China.

Contudo, há grande expectativa em torno do embate comercial entre EUA e China ante a ofensiva protecionista dos norte-americanos que tem grande potencial de impactar as perspectivas de crescimento mundial, conforme observado em recente entrevista pelo professor de Finanças da Universidade de Pequim, Michael Pettis.

Para o **cenário brasileiro**, a expectativa da instituição internacional é de crescimento de 1,4% em 2018 e 2,4% em 2019. O relatório FOCUS da segunda semana de dezembro, divulgado pelo

Banco Central do Brasil com a avaliação dos agentes do mercado, projeta crescimentos de 1,3% em 2018 e 2,53% em 2019, inferiores às expectativas apontadas no início deste ano.

Nos últimos quatro trimestres encerrados em setembro, a economia brasileira apresentou expansão de 1,4%, com destaque para a melhora nos investimentos (+4,3%), do consumo das famílias (+2,3%) e do PIB industrial (+1,3%).

Em outubro o desemprego registrou leve queda, dando prosseguimento ao movimento de redução observado desde abril de 2017, com breve interrupção entre janeiro e março de 2018, mas registrando ainda uma taxa de 11,7% da PEA (População Economicamente Ativa). Isso representa mais de 12 milhões de trabalhadores desempregados, segundo a PNAD Contínua do IBGE. Outros sinais da leve melhora na trajetória da economia são a ampliação da massa de renda gerada no mercado de trabalho, que apresentou o 17º aumento seguido no trimestre móvel encerrado em outubro último, assim como a pequena recuperação no salário médio que tem sido observada mensalmente desde dezembro de 2016.

Apesar da leve tendência de avanço apontada no mercado de trabalho, fruto da melhora na taxa de crescimento econômico, o Brasil ainda apresenta taxa de desocupação combinada com subocupação de 18,4% da PEA.

Com o fim do ciclo de retração, seu efeito sobre os níveis de preços se neutralizou. Pressionados pelos preços administrados, segundo o relatório FOCUS da segunda semana de dezembro, a inflação deverá fechar o ano próximo a

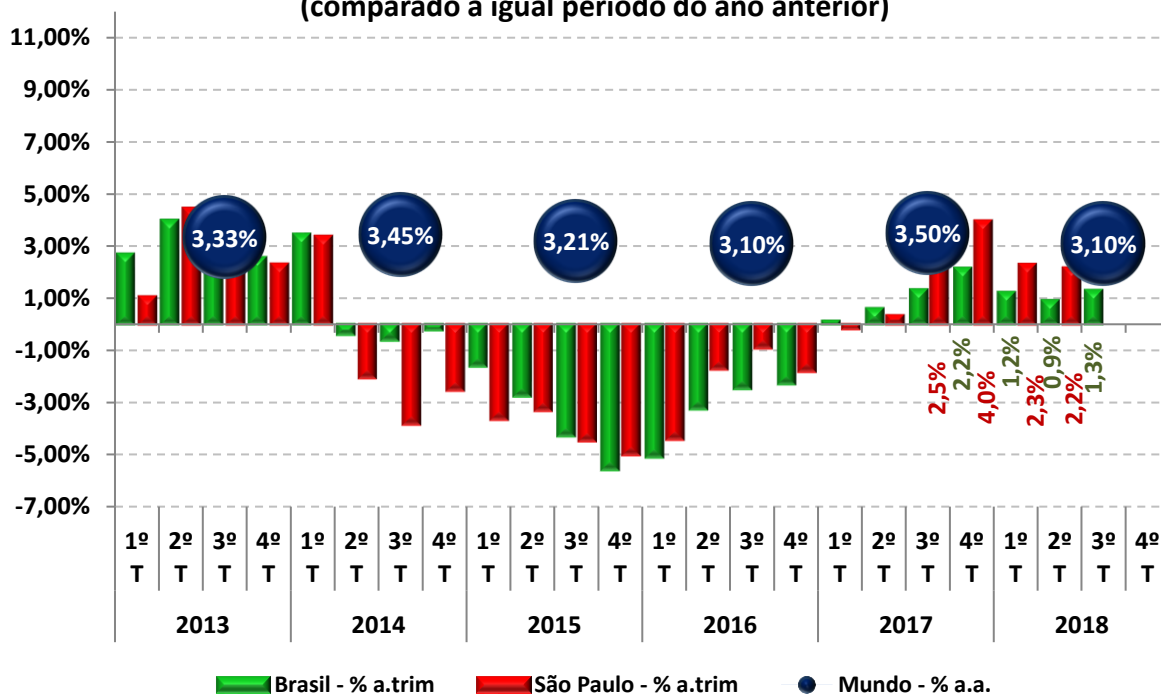
4%, acima da taxa de 2,9% apresentada em 2017 (IPCA/IBGE). Mesmo com este aumento da inflação, a meta para a taxa básica de juros da economia (SELIC) persiste em 6,5%.

Em outubro último, as contas públicas registraram déficit primário (não contam as despesas financeiras do governo) de 1,24% do PIB, acumulado em 12 meses. O ajuste das contas públicas sem dívida será o principal desafio do novo governo que se inicia em janeiro de 2019. Há de se lembrar que,

via de regra, crises fiscais têm forte potencial de deflagrar crises econômicas.

Nos últimos 12 meses, o setor público brasileiro pagou o equivalente a 5,55% do PIB em juros. Sem o equilíbrio das contas públicas, a dívida pública líquida deverá se ampliar. Dado o elevado custo de carregamento da dívida (taxa de juros), as despesas com juros deverão se ampliar simultaneamente à redução da capacidade de investimento do setor público.

### Crescimento Trimestral do PIB (%) (comparado a igual período do ano anterior)



Fonte: IBGE, SEADE, FMI

Há expectativa de que a reforma da Previdência seja votada no próximo ano, embora seu efeito sobre a redução das contas públicas seja a longo prazo. Assim como outras reformas, incluindo

a tributária. Entretanto, esta não será tarefa fácil ao novo governo, que terá de provar capacidade de negociação com o legislativo nacional.

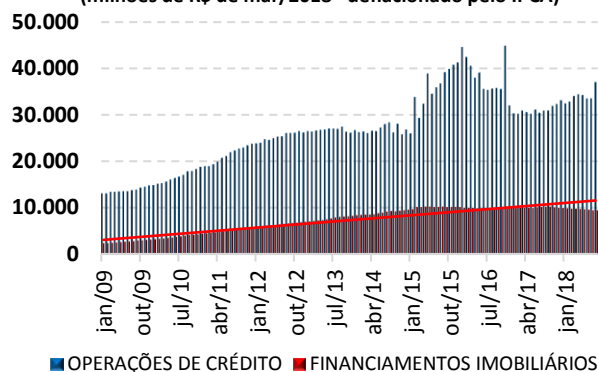
## Movimentação Financeira

Mesmo com pequena elevação da inflação entre 2017 e 2018, o Banco Central tem mantido a taxa básica de juros (SELIC) em 6,5% a.a. Em especial por entender que a pressão sobre os preços não vem da ampliação da demanda, tendo em vista a lenta retomada do mercado de trabalho e a elevada capacidade ociosa do setor produtivo. Ademais, são os preços administrados que têm influenciado com maior intensidade a inflação.

Comparado a meados de 2016, a taxa de juros média para o tomador de crédito em outubro reduziu cerca de 10 pontos percentuais para pessoas jurídicas e 20 pontos percentuais para pessoas físicas. O que não significa que os juros praticados estejam em níveis amigáveis. A taxa média de juros para crédito de capital de giro às pessoas jurídicas foi de 17,4% a.a. em outubro. Às pessoas físicas a média de juros registrada em outubro foi de 51,88% a.a., tendo a taxa média do cheque especial registrado em torno de 300% a.a.

**No Grande ABC**, nos últimos 12 meses encerrados em agosto deste ano o volume de **operações de crédito** aumentou aproximadamente 11%, somando R\$ 37 bilhões, o maior valor registrado desde novembro de 2016. Cabe destacar, no entanto, que as operações de **financiamento imobiliário** diminuíram cerca de 4% na mesma comparação, registrando o menor valor desde outubro de 2014.

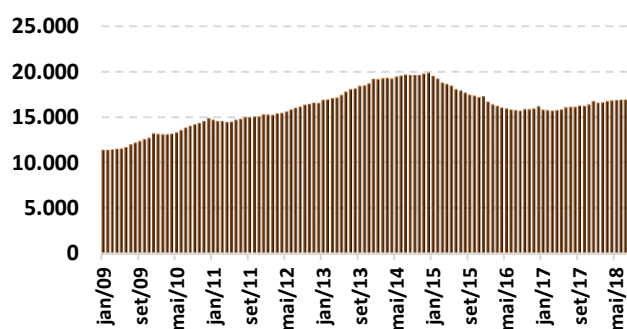
Operações de Crédito no Grande ABC  
(milhões de R\$ de mar/2018 - deflacionado pelo IPCA)



Fonte: Banco Central

Na outra ponta, o Grande ABC registrou ampliação no volume de **depósito em poupança** em 5,78%, somando R\$ 17 bilhões, o maior valor desde dezembro de 2015. Os dois indicadores são positivos em relação à trajetória de retomada da atividade econômica.

Depósito em Poupança no Grande ABC  
(milhões de R\$ de mar/2018 - deflacionado pelo IPCA)



Fonte: Banco Central

Nos últimos 12 meses encerrados em setembro, a **atividade comercial** aumentou 2,8%, dando continuidade à retomada iniciada no primeiro semestre de 2017. No terceiro trimestre deste ano, a ampliação da atividade comercial foi de 1%. No Estado de São Paulo, nos últimos 12 meses encerrados em setembro, a ampliação da atividade comercial foi de 2,7%, ao passo que no terceiro quadrimestre deste ano foi 2%.

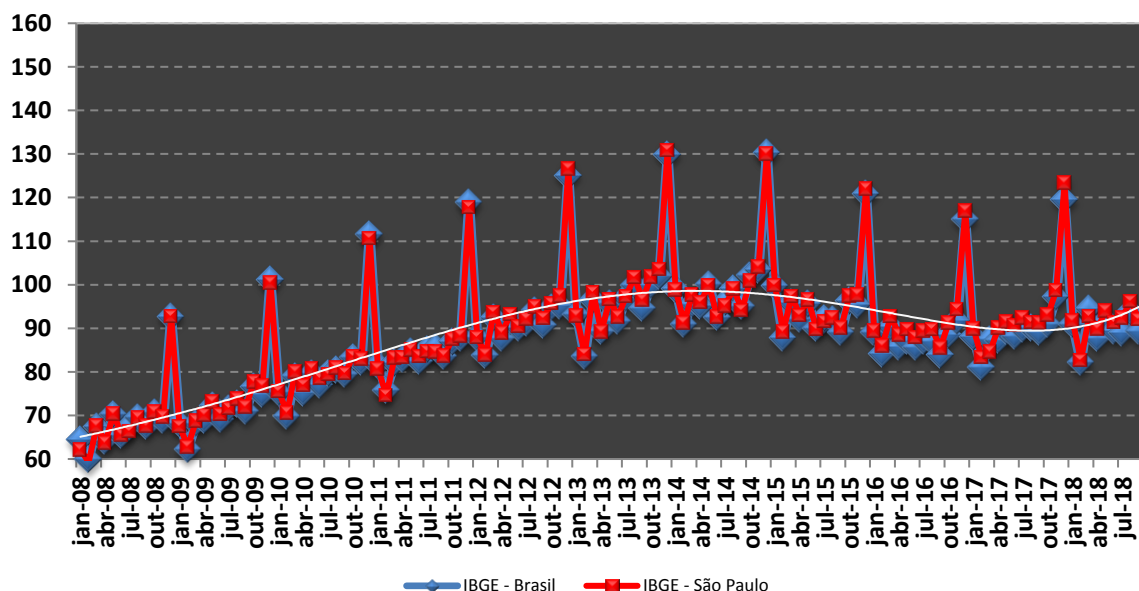
A melhora no setor comercial foi acompanhada da ampliação do volume da massa salarial, do salário médio e do volume de crédito. Embalada também pelo impulso da demanda, a indústria de transformação ampliou em 2,1% o volume de produção física entre outubro de 2017 e setembro de 2018.

No Estado de São Paulo, a produção física aumentou 2,4% nos 12 meses encerrados em setembro. Para alguns analistas, tendo em vista a trajetória de retomada da atividade econômica ainda que lenta, 2019 deverá apresentar desempenho mais favorável dada a melhora na dinâmica interssetorial.

Segundo avaliação do SERASA EXPERIAN, entre os segmentos que registram maior ampliação da atividade comercial ao longo de 2018 estão móveis e utilitários domésticos, seguidos de automóveis, motos e peças.

## Atividade Comercial

(média de 2014 = 100)



Fonte: IBGE

## Inflação

Em setembro último a inflação acumulada em 12 meses, medida pelo IPCA/IBGE, foi de 4,56%. Desde julho, a inflação acumulada tem se posicionado em torno do centro da meta, de 4,5% a.a. Tendo em vista essa trajetória, 2018 deverá terminar com inflação próxima ao centro da meta, acima dos 2,95% de 2017.

Segundo expectativas do mercado, nas últimas edições do relatório FOCUS do Banco Central, a inflação deverá persistir próxima a 4% ao ano até 2021.

A inflação acumulada neste ano apresentou repique após o mês de maio influenciada pelo aumento do custo com transportes, cujo efeito se espalha por diversos segmentos da economia.

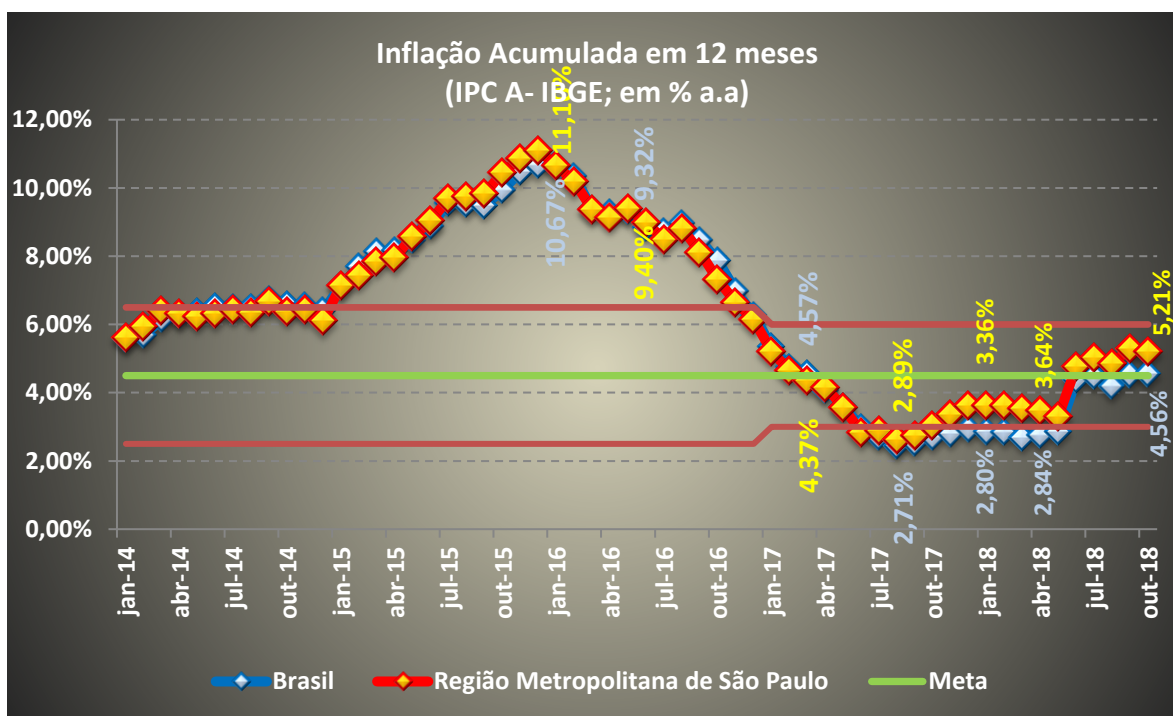
Mediante o aumento da inflação e das expectativas para os próximos meses, bem como da valorização do dólar, a perspectiva de elevação da meta colocada para a SELIC no segundo semestre de 2018 não se concretizou.

Entretanto, a nova equipe econômica, composta por um perfil mais liberal, poderá adotar medidas mais ortodoxas, em especial no que tange ao controle da base monetária e da expansão do crédito, frente a persistência dos níveis medianos de inflação. O não equacionamento das contas públicas e a consequente pressão sobre o endividamento poderão ampliar a probabilidade de ocorrência deste evento.

A política macroeconômica do novo governo, ao menos nos primeiros meses, deverá ser pautada pela busca do equilíbrio fiscal, com possibilidades de medidas para aumento da arrecadação tributária e para diminuição das despesas públicas e estabilidade da inflação em níveis baixos. Quanto à política cambial e de comércio exterior, se o governo seguir o projeto liberal de ampliar unilateralmente a abertura econômica, esta não deverá persistir com a desvalorização do real, o que poderá ajudar a pressionar os preços internos para baixo, conforme já assistimos em outros momentos da história recente do Brasil.

As implicações destas alterações sobre o setor produtivo, incluindo os efeitos regionais, derivam da transmissão dos efeitos da política monetária, sentidos, em especial, no mercado de crédito via alteração da disponibilidade e do custo desse crédito. Com relação à política externa e cambial, a vertente liberal tenderá a levar em curto e médio prazos a uma ampliação dos níveis de concorrência e menor espaço no mercado interno para produtores locais. Os possíveis efeitos benéficos à dinâmica econômica e produtiva advêm de eventual aumento de competitividade do setor produtivo instalado no País, e não apenas da adoção de estratégias defensivas por parte dos empresários para sobreviverem ao novo ambiente de competição. Filme este que já assistimos em especial na década de 1990.

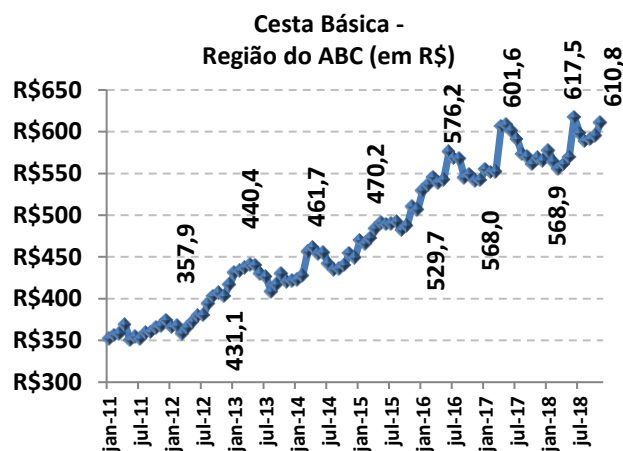




Na Região Metropolitana de São Paulo a inflação acumulada, em 12 meses, atingiu 5,21% em outubro, acima da inflação nacional. Assim como no plano nacional, os grupos que apresentaram maiores elevações de preço foram transporte, habitação, alimentação e saúde.

A elevação dos preços no setor de transporte apresenta componente de igual elevação dos preços nos demais setores da economia, que utilizam o transporte como insumo logístico fundamental.

No Grande ABC, o preço da **cesta básica** apresentou aumento entre setembro e novembro, atingindo pouco mais de R\$ 610, após um salto entre maio e junho com o efeito da variação do preço do frete, seguido de uma pequena retração.



## Mercado de Trabalho

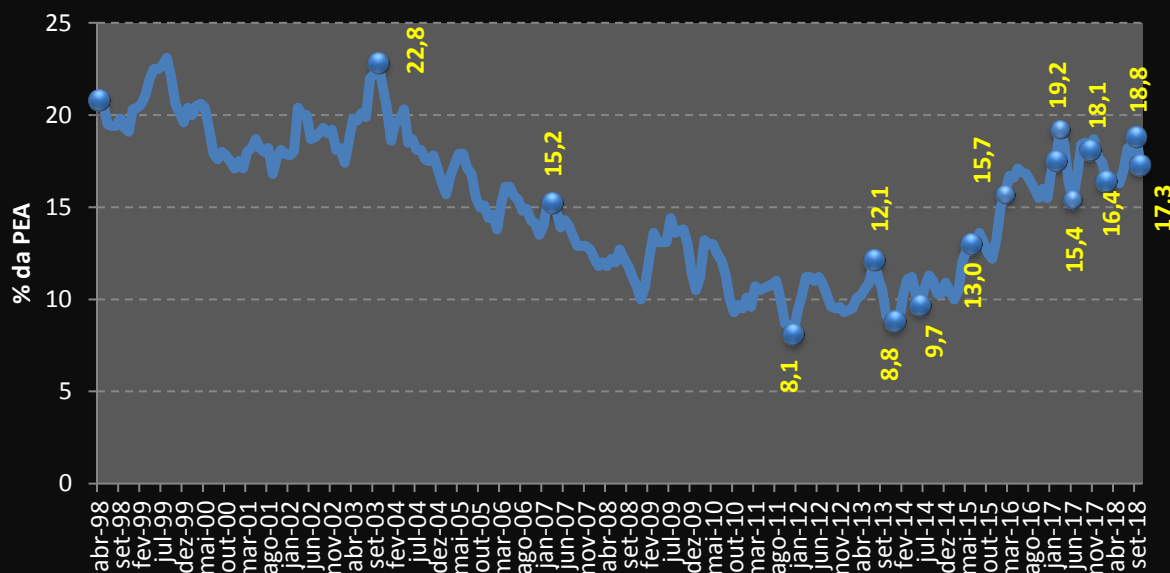
A **taxa de desemprego** chegou a 18,8% da PEA em setembro registrada pelo SEADE -- o índice mais elevado de 2018 no Grande ABC. Nos últimos meses não há evidências sólidas de redução do desemprego no ABC paulista tendo em vista a flutuação apresentada no período. Ao longo de 2018, a taxa média de desemprego na região mostrou-se semelhante ao ano anterior.

Ao mesmo tempo, o ABC voltou a apresentar saldo positivo na geração de empregos formais,

segundo informações do Ministério do Trabalho. Foram mais de 10 mil empregos formais nos 10 primeiros meses do ano, puxados por serviços e construção civil. Um dos pontos de destaque refere-se aos mais de 1.200 empregos formais gerados no setor industrial da região, o que não ocorria desde 2011. O ABC registrou perda de mais de 68 mil postos de trabalho entre 2012 e 2017.

Segundo informações do CAGED e RAIS do Ministério do Trabalho, a **massa de renda** dos trabalhadores formais do Grande ABC somou R\$ 2,3 bilhões em outubro deste ano, 2,3% maior do que em outubro de 2017.

### Desemprego no Grande ABC (% da PEA)

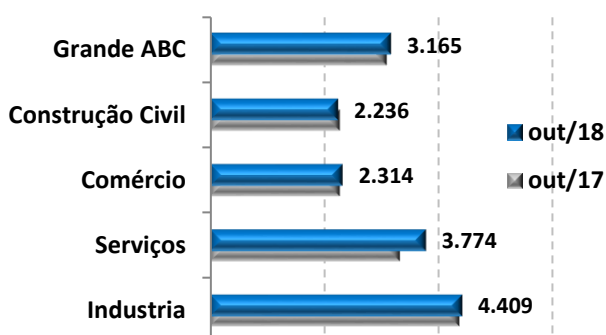


Fonte: SEADE / DIEESE



Outubro último registrou renda média de R\$ 3.164,79 por trabalhador em emprego formal na região, 6,13% maior do que em outubro de 2017. O gráfico abaixo apresenta o salário médio por setor da economia no mercado de trabalho formal, com significativa diferença a maior no setor industrial e de serviços.

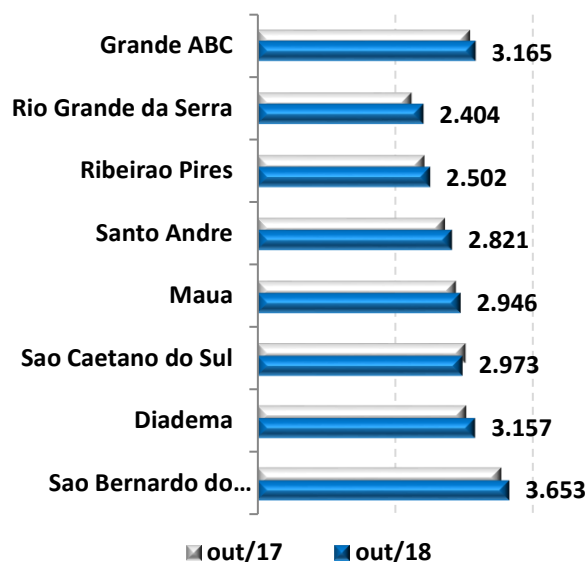
#### Renda do Emprego Formal por Setor Grande ABC - out/2018



Fonte: RAIS/CAGED – MTE, deflacionados pelo IPCA.

Na comparação entre os sete municípios da região, nos 12 meses encerrados em outubro, São Caetano foi o único a apresentar redução real da renda média, de 1,4%. Os maiores aumentos foram registrados em Rio Grande da Serra (7,3%) e Diadema (4,4%), que passou a ter a segunda maior renda média do ABC paulista.

#### Renda do Emprego Formal por Município - out / 2018



Fonte: RAIS/CAGED – MTE, deflacionados pelo IPCA.

O Grande ABC apresentou aumento real de 2,6% na renda média, sinalizando pequena melhora na dinâmica do mercado de trabalho. Entretanto, a melhora sólida só será observada em médio prazo, com a recuperação mais robusta da atividade econômica. Outro fato a ser observado é que empregos não são criados por decretos, dado que a mudança na legislação trabalhista não trouxe, em curto prazo, alterações significativas à dinâmica do mercado de trabalho agregado.



## Comércio Exterior

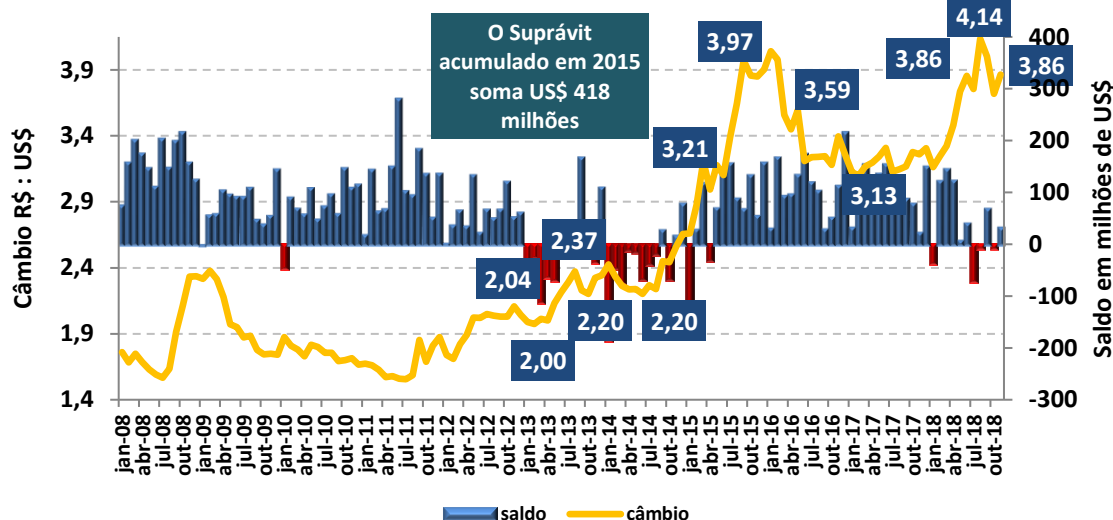
No acumulado de janeiro a novembro deste ano a **balança comercial** do ABC registrou superávit de US\$ 417,4 milhões, 63,5% menor do que em igual período do ano passado. Após dois anos de elevação, o saldo comercial voltou a registrar queda. Tal queda foi resultado do aumento de 3% no volume de exportações, que somaram US\$ 5,02 bilhões, frente ao crescimento de 23% das importações, que registram US\$ 4,6 bilhões.

Esse período registrou alta de 11,9% na corrente de comércio exterior, o que demonstra maior relação da economia local com a economia internacional.

Mas, por que, mesmo com a desvalorização do real, as importações cresceram mais?

A resposta está no fato de o setor produtivo do ABC ter se tornado importador de insumos industriais. Quando há melhora na dinâmica produtiva, há uma elevação do volume de importações mesmo com o real desvalorizado, o que aumenta o custo de importação e, consecutivamente, de produção. Esse resultado é fruto de um longo período, desde a década de 1990, em que o setor produtivo, em especial a indústria, se aproveitou de uma taxa de câmbio favorável à importação, o que desmobilizou boa parte da cadeia de fornecedores locais.

## Saldo da Balança Comercial do Grande ABC - milhões de US\$



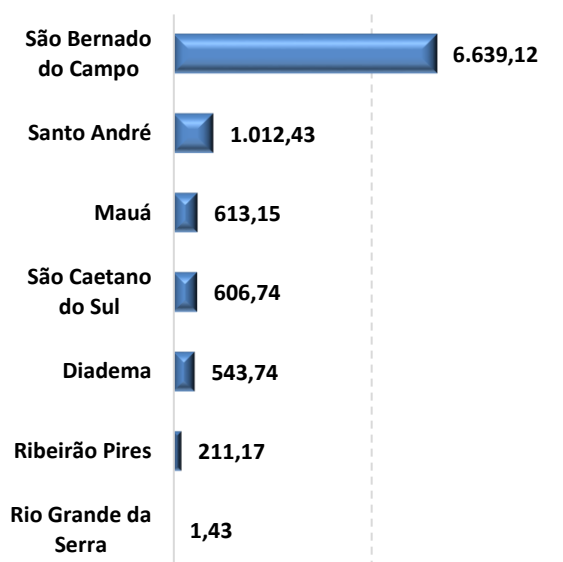
Fonte: MDIC

Os cinco produtos **mais exportados** na região, que respondem por pouco mais de 80% do total, são veículos, caminhões e suas partes (58%), máquinas e equipamentos mecânicos (13,4%), borracha e suas obras (4,8%), cobre e suas obras (3,5%) e plástico e suas obras (3,1%). Do lado das **importações** estão as partes e acessórios de automóveis (25%), máquinas, aparelhos mecânicos e elétricos (15%), insumos de cobre e borracha natural (5%).

Ao avaliar o período entre 2000 e 2017, as exportações de produtos de média-alta e alta tecnologia têm mantido participação no total embarcado na região, de aproximadamente 70%. Houve elevação da participação dos bens de média-alta tecnologia e redução dos bens de alta intensidade tecnológica.

Do ponto de vista estratégico, essa trajetória caminha na contramão do atual contexto

internacional, que busca inserção cada vez mais acentuada nas principais cadeias globais de valores.

Corrente de Comércio Exterior  
milhões de US\$

Fonte: MDIC

Frente ao comportamento dos fluxos de comércio exterior do ABC paulista, a recomposição da cadeia de fornecedores internos, com vistas a diminuir a dependência regional da importação de insumos industriais, pode trazer dois benefícios. O primeiro é ampliar o volume de produção local e o potencial de crescimento regional. O segundo é reduzir a vulnerabilidade dos custos de produção diante da flutuação cambial, pois a adoção de uma taxa de câmbio favorável à exportação pode trazer redução da competitividade em função do aumento dos custos de produção, com impactos sobre o preço praticado no mercado interno.

Outro fato a ser observado é a necessidade de estimular a ampliação dos produtos de média-alta e alta intensidade tecnológica no fluxo de exportações da região, com objetivo de ampliar o valor adicionado proporcionado pelo esforço de exportação local.

Entretanto, em que pese a possível adoção de uma política de cunho liberal no próximo governo, a política macroeconômica apostará que estas mudanças sejam proporcionadas pelo processo competitivo do mercado. Essa expectativa é derrubada pelos fatos históricos recentes, seja dos países que ampliaram o grau de liberalização, seja dos países que optaram por mecanismos de intervenção e utilizaram o comércio exterior como importante eixo de promoção do crescimento da economia.

**Universidade Metodista de São Paulo**

**Escola de Gestão e Direito**

**Curso de Ciências Econômicas**

**Observatório Econômico**

**Reitor**

Dr. Paulo Borges Campos Júnior

**Diretora da Escola de Gestão e Direito**

Dra. Alessandra Maria Sabatine Zambone

**Coordenadora do Curso de Ciências Econômicas**

Ma. Silvia Cristina da Silva Okabayashi

**Coordenador de Estudos do Observatório  
Econômico**

Me. Sandro Renato Maskio

**Professor Pesquisador**

Dr. Moisés Pais dos Santos

**Estagiário**

Lucas Rodrigues dos Santos



**A serviço do desenvolvimento do Grande ABC.**

**Patrocine esta iniciativa!**

**E-mail: [observatorio.economico@metodista.br](mailto:observatorio.economico@metodista.br)**

**Tel: 4366-5035**

**[URL: http://www.metodista.br/observatorio-economico](http://www.metodista.br/observatorio-economico)**